



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881 Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagens, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

EIXO 2

MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro

Jonas Duarte

**Das sementes aos frutos:
a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural
Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável –
Residência Agrária/UFC**

*Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado,
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero*

**Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências
Agrárias: o confronto com o instituído**

Maria Inês Escobar da Costa

**Residência Agrária – Sergipe: semeando a agroecologia
e a soberania alimentar**

Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos

Residência Agrária – Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar

Rita Fagundes¹

Andhressa Araújo Fagundes²

Amaury da Silva dos Santos³

Introdução

Este artigo é fruto da experiência do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária (PGRA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O artigo foi elaborado a partir da sistematização apresentada no II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), cujo objetivo principal foi ampliar o debate sobre os princípios e as diretrizes da Educação em Agroecologia, vislumbrando a prática de uma Educação compromissada com a construção de uma sociedade mais igualitária, com justiça social e um futuro mais sustentável.

O projeto que culminou na promoção do curso do PGRA/UFS surgiu de demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que procurou professores ligados ao Espaço de Vivência Agroecológica (EVA) da UFS, para que fosse elaborado um projeto que concorresse à chamada pública que viabilizaria a realização do curso.

¹Foi coordenadora pedagógica do Curso de Especialização em Residência Agrária (UFS). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ).

²Doutora em Nutrição Humana e Docente Adjunta do Departamento de Nutrição (UFS). Ministrou aulas e orientou Trabalhos de Conclusão de Curso vinculados ao Eixo de Saúde no Campo (Residência Agrária – UFS).

³Doutor em Produção Vegetal (UENF) e Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros (Embrapa). Ministrou aulas e orientou Trabalhos de Conclusão de Curso vinculados aos Eixos de Agroecologia (Residência Agrária – UFS).

O projeto político-pedagógico do curso foi elaborado em consonância com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia e seguiu as orientações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Política de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Esses princípios e diretrizes consistem no respeito à diversidade do campo e no incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos com metodologias adequadas e que consideram as especificidades e as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo e possibilitam a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais (BRASIL, 2010).

Seguindo as orientações da chamada, o processo seletivo teve como público prioritário os beneficiários do Pronera e profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas em assentamentos da Reforma Agrária. Sugere-se que a construção do conhecimento dos cursos ligados ao Pronera seja guiada pela Pedagogia da Alternância, que consiste numa metodologia de organização do trabalho pedagógico que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas em tempos e espaços distintos, geralmente denominados de Tempo Escola e Tempo Comunidade. Na literatura, tem-se o registro de que essa metodologia surgiu na França em 1935 com a criação da primeira Escola da Família Agrícola (EFA). A iniciativa partiu de um padre insatisfeito com o sistema educacional que não atendia às especificidades do campo. Os jovens ficavam uma semana por mês na escola e nos demais dias trabalhavam na lavoura. Partia-se da premissa de que deveria haver uma alternância nas etapas de formação e uma articulação entre os conhecimentos adquiridos na propriedade rural com os conhecimentos da escola.

No Brasil, as primeiras experiências surgiram em 1969 com a criação das primeiras Escolas da Família Agrícola no estado do Espírito Santo (NOSELA, 1977). Atualmente tem-se trabalhado com a Pedagogia da Alternância tanto em EFAs como em cursos de graduação destinados aos povos do campo. Em relação à orientação didático-pedagógica, é oportuno destacar que existem diferentes orientações teóricas.

Na UFS existiram três turmas especiais que tinham a Pedagogia da Alternância como metodologia de organização pedagógica (Agronomia⁴, Pedagogia e Licenciatura em Educação do Campo), cujo público prioritário era de pequenos agricultores e assentados da Reforma Agrária. Atualmente não há nenhum curso em andamento. Parte significativa dos educandos que cursaram o Residência Agrária de Sergipe é originária desses três cursos ofertados pela UFS (54%). Embora todos os educandos residissem no estado de Sergipe, alguns eram egressos de cursos de graduação viabilizados pelo Pronex em outros estados da federação: Direito - Universidade Federal de Goiás (UFG), História - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Licenciatura em Ciências Agrárias - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Licenciatura em Educação do Campo - Universidade de Brasília (UnB) e Pedagogia da Terra - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Dos 46 educandos que concluíram o curso, 71% eram originários de cursos que tiveram a Pedagogia da Alternância como metodologia de organização pedagógica.

Considera-se que a Pedagogia da Alternância possibilita a construção de processos educativos em diferentes tempos e espaços, e possibilita a transversalidade dos conhecimentos e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como fundamentais para se pensar a relação entre teoria e prática. Assim, apresenta-se a perspectiva não só de problematizar a realidade, mas de buscar meios para transformá-la e, para isso, o curso de PGRA da UFS foi realizado em momentos e espaços distintos e complementares, divididos em: a) Tempo Universidade; b) Tempo Comunidade; c) Tempo Síntese.

No "Tempo Universidade", os estudantes desenvolveram os saberes técnico-científicos propostos nos oito eixos temáticos: a) Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; b) Metodologia científica; c) Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; d) Política, legislação e Estado; e) Agroecologia, produção e sustentabilidade; f) Práticas

⁴O curso de Engenharia Agrônoma da UFS foi o primeiro do Brasil a ofertar formação agrônoma via vestibular especial para beneficiários da Reforma Agrária. O curso teve início em 2004 e chegou a ser suspenso em decorrência de uma ação judicial impetrada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe. A primeira e única turma especial de Engenharia Agrônoma da UFS colou grau em 2009. A carga horária e a grade curricular eram idênticas às do curso de Engenharia Agrônoma convencional e a Agroecologia não apareceu no currículo.

agroecológicas; g) Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; h) Agroindústria e cooperativismo.

No “Tempo Comunidade”, estudantes, professores, estagiários e supervisores de campo realizaram estudos, pesquisas e atividades de intervenção e experimentação em assentamentos rurais e em comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, compartilhando os conhecimentos adquiridos no “Tempo Universidade” a partir da interlocução dos diferentes saberes.

O “Tempo Síntese” foi utilizado para reuniões que pudessem avaliar o “Tempo Universidade” e o “Tempo Comunidade”, uma vez que a avaliação coletiva possibilitaria a verificação dos avanços e limites de cada momento pedagógico e ainda motivaria no grupo o desejo de somar esforços e aprendizados para a construção de experiências comprometidas com as necessidades dos camponeses.

Com o objetivo de gerar reflexões sobre as atividades realizadas durante o curso e oferecer subsídios para processos de formação e intervenção em Educação do/no Campo, apresenta-se aqui uma síntese da experiência do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária no estado de Sergipe, que iniciou suas atividades em junho de 2013 e finalizou em dezembro de 2015.

Descrição e reflexões sobre a experiência

Ao tempo que deveríamos ter entre os objetivos do curso a superação da concepção clássica do extensionismo, que se baseia no difusionismo, necessitávamos ter clareza de que a proposta de um curso de Educação do Campo não poderia estar dissociada dos conflitos e tensões que envolvem a disputa pela terra e pelo projeto de desenvolvimento de sociedade. Deveríamos ter um olhar atento às singularidades do local de estudo sem perder de vista a perspectiva da totalidade (MOLINA, 2010).

Assim, o curso deveria considerar vários elementos no processo educativo, desde a questão agrária, passando pela produção, comercialização, consumo, chegando até a questão da saúde, com a perspectiva de entender

como a complexidade dos processos de acumulação de capital interferem diretamente na realidade e nos modos de vida dos povos do campo. Além disso, também seria fundamental problematizar o papel da ciência e da universidade, que historicamente vêm produzindo e reproduzindo relações de poder na construção do conhecimento. Nessa concepção, não existe saber superior e nem transferência de saber (FREIRE, 1983). Entende-se que o saber é um produto histórico-cultural e dessa forma camponeses, pesquisadores e extensionistas precisam compreender conjuntamente o contexto em que estão inseridos, estabelecendo significados e problematizando a realidade para apreendê-la como campo de reflexão e ação.

Partindo do entendimento de que o conhecimento é complexo e se constrói em redes, a Agroecologia foi proposta como eixo orientador de todo o curso. Levamos em consideração que a Agroecologia é muito mais do que uma nova ciência, mas um modo de vida que se configura como prática, movimento e campo do conhecimento, partindo de uma visão integrada do agroecossistema. Desse modo, entendemos que a sustentabilidade dessa nova forma de fazer agricultura, que alia conhecimento científico e popular, "não depende apenas da preservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo, mas do fortalecimento de novas redes de relações que desempenham um papel importante na sustentabilidade social e econômica desse novo modo de vida" (SCHMMIT, 2009, p. 196-197). Assim, para alcançar os objetivos propostos, no lugar de disciplinas optou-se por denominar de Eixos Temáticos as etapas de formação teórica, política e técnica. Cada temática contou com a contribuição de professores da UFS, bolsistas do Núcleo de Agroecologia (EVA-UFS/CNPq), assentados da Reforma Agrária, técnicos de assistência técnica e extensão rural (IN CRA) e pesquisadores e analistas da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Entende-se que um curso que tem entre seus objetivos contribuir com a transição agroecológica, entendida como uma construção social que emerge a partir de outras interações estabelecidas entre recursos, atores e lugares nos processos de desenvolvimento rural (SCHMITT, 2009), não poderia contar com um único professor e nem ser realizada num único espaço. Seguindo essa mesma ideia, a Agroecologia foi trabalhada nos eixos

tanto como tema geral (Agroecologia, produção e sustentabilidade; Práticas agroecológicas) como transversal (Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; Agroindústria e cooperativismo).

Foram realizadas reuniões com o intuito de discutir o conteúdo programático a partir das afinidades e interesses no campo da pesquisa e da extensão de cada professor colaborador. O conteúdo dos Eixos Temáticos que tiveram a Agroecologia como tema geral foi dividido entre educadores de diversos campos de formação: Agronomia (6), Biologia (1), Ciências Sociais (1), Engenharia Florestal (1) e Zootecnia (2). Uma dificuldade encontrada foi a de reunir todos os envolvidos num mesmo espaço e horário, dada a incompatibilidade de agendas. Todavia, isso não foi um obstáculo, tendo em vista que a maioria dos educadores envolvidos já se conhecia e realizava atividades conjuntas por meio da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA).

As aulas teóricas e práticas ocorreram nas dependências do Centro de Formação Canudos, localizado no Assentamento Moacir Wanderley (Povoado Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro/SE), na Reserva do Caju (Campo Experimental de Itaporanga - Embrapa Tabuleiros Costeiros, município de Itaporanga D'Ajuda/SE) e também no Espaço de Vivência Agroecológica (EVA), mantido atualmente pelo Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica, na UFS. No eixo "Agroecologia, produção e sustentabilidade" foram trabalhados conceitos e princípios (Agroecologia, agricultura orgânica, agricultura convencional, transição agroecológica e agronegócio); Conjuntura da Agroecologia em Sergipe; Importância da biodiversidade na agricultura (manejo ecológico e o controle biológico e natural de pragas, sistemas agroflorestais, ética e bem-estar animal, alimentação); Indicadores de sustentabilidade e tipos de certificação.

O maior desafio em relação à formação se deu sobretudo pela diversidade das áreas de conhecimento dos educandos envolvidos. Dos 50 educandos matriculados no curso, 46 eram beneficiários do PRONERA e em sua maioria assentados ou filhos de assentados. Parte significativa dos educandos

matriculados no curso realizou graduação em cursos de Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo e Agronomia. Havia ainda educandos oriundos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social, História, Engenharia de Pesca, Educação Física e Medicina. Diante da diversidade das áreas de formação e campos de atuação profissional, partimos da premissa de que, antes de exercer qualquer atividade profissional, a maioria dos educandos é, acima de tudo, composta de camponeses. Nessa perspectiva, entendemos que deveria haver um conteúdo geral de Agroecologia que, ao tempo que gerasse reflexões sobre conceitos, princípios e práticas, também pudesse contribuir com os quintais produtivos dos educandos e seus familiares.

No eixo “Práticas Agroecológicas”, foram ministrados a todos os educandos os seguintes conteúdos: Saúde do solo (compostagem; adubação verde; minhocário; biogel); Fitoparasitas (defensivos naturais – produção e aplicação); Produção animal (silagem, feno); Sementes e produção de mudas (coleta, secagem, armazenamento, peletização); Hortaliças (plantio, manejo). Considerando o grande número de educandos, a turma foi dividida em três grupos, a fim de que todos pudessem participar de cada atividade prática de forma mais efetiva.

Além do conteúdo geral (teórico e prático) ofertado a todos os educandos, foram realizadas oficinas específicas, nas quais os educandos deveriam escolher e participar de pelo menos uma delas (apicultura, plantas ornamentais, piscicultura, sistemas agroflorestais e mudas florestais). Em espaço de debate e reflexão que antecedeu o início dos Eixos de Agroecologia, alguns educandos manifestaram preocupação com o conteúdo, andamento e aproveitamento desses eixos, sob a alegação de que não eram formados em Ciências Agrárias. Ao término, foi possível constatar alguns avanços a partir do relato das experiências de alguns educandos. Graduado em Pedagogia, um educando assentado há 7 anos no município de Lagarto/SE relatou que se dedicava mais à produção animal (cabras, ovelhas, galinhas, gado), pois acreditava que era muito difícil trabalhar com agricultura nos moldes atuais, sem uso de agroquímicos.

A partir dos intercâmbios que possibilitaram a troca de experiência com outros assentados, somada às atividades contempladas nos eixos de Agroecologia, o educando, juntamente com sua família, passaram a produzir capim e milho

de forma consorciada e a dedicar parte do lote para produção de hortaliças, ervas medicinais e frutíferas sem o uso de agrotóxicos. Ele relatou que essa experiência tem dado certo e tem estimulado a transição agroecológica. Outra educanda, também graduada em Pedagogia e assentada no município de Pacatuba/SE, relatou que já não utilizava agrotóxicos e insumos externos, mas que a partir do curso pôde implementar outras tecnologias sociais que melhoraram a produção e que têm sido socializadas com outras famílias do assentamento.

Além das aulas teóricas e práticas, foram realizadas visitas técnicas, intercâmbios⁵, atividades de intervenção no “Tempo Comunidade”, e organizados, junto com parceiros do Residência Agrária e da RESEA, cursos, oficinas e seminários que pudessem complementar a formação, dentre os quais destacaram-se os cursos de Instalações Pedagógicas e Facilitação Gráfica, que possibilitaram novas interações e contribuições para a construção de um conhecimento contextualizado. As instalações pedagógicas podem ser entendidas como cenários que apresentam aspectos de uma instalação artística e são montados a partir de cada contexto com elementos da realidade em que se privilegia o intercâmbio entre a sabedoria popular e o saber acadêmico, e se cria uma ambiência problematizadora e suscitadora da reflexão (LOPES et al., 2013).

A facilitação gráfica, por sua vez, é um instrumento metodológico que “tem como base, princípios e práticas que usam meios criativos da linguagem visual para ajudar as pessoas, literalmente, a verem as informações e a entender seu significado por meio de gráficos, figuras e imagens” (RIBEIRO, 2011, p. 63-64). Embora a facilitação gráfica tenha surgido nos Estados Unidos ainda na década de 1970, tornou-se amplamente conhecida no campo da Agroecologia a partir de 2014, em razão do III Encontro Nacional de Agroecologia realizado na cidade de Juazeiro/BA. É oportuno destacar que os cursos de Instalações Pedagógicas e Facilitação Gráfica posteriormente contribuíram para a construção de outras ações, como as caravanas agroecológicas.

⁵Os intercâmbios contribuem tanto na formação dos agentes envolvidos (agricultores, educandos, técnicos e pesquisadores) como no reconhecimento dos próprios agricultores como produtores de conhecimento. Sugere-se a leitura do livro “Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba”, publicado no Brasil em 2012, pela Editora Outras Expressões.

cológicas⁶ e o Encontro de Agroecologia promovido pela RESEA. As vagas desses cursos, oficinas e seminários foram ampliadas também ao público externo que não estava matriculado no PGRA.

Entre os seminários, destacam-se: 1) a "Semana de Alimentação", realizada em parceria com o Departamento de Nutrição/UFS, RESEA, EVA e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (Conseanse), que teve como objetivo chamar a atenção para o papel da agricultura familiar camponesa na erradicação da fome, na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, e problematizar os riscos dos agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente; 2) a "Mesa Controvérsia sobre Transgênicos", realizada em parceria com o Departamento de Nutrição, RESEA, EVA e o Centro de Formação Agropecuária Dom José Brandão de Castro (Cefac), que possibilitou ampliar o debate e dar visibilidade aos problemas e desafios associados à regulação, ao controle e ao uso de transgênicos no Brasil; 3) o "Fórum de Debates sobre Agrotóxicos", realizado em parceria com o grupo de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial (GPCET), que contou com a participação de pesquisadores, representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Ministério Público, cujo objetivo foi o de ampliar o debate sobre o avanço das fronteiras agrícolas e dos impactos da exposição e contaminação a que milhares de trabalhadores são submetidos; 4) o "Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas", realizado em parceria com organizações e movimentos sociais que compõem a RESEA, teve como objetivo discutir, construir e implementar uma Política de Sementes Crioulas para o estado de Sergipe, valorizando o conhecimento popular, possibilitando o resgate, a conservação e a multiplicação de sementes de variedades locais.

Normalmente os cursos que trabalham com a Pedagogia da Alternância fazem módulos concentrados de atividades do "Tempo Escola", seguidos

⁶A proposta das caravanas é uma inovação metodológica sugerida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que tem como objetivo "mobilizar os atores locais para que eles possam estudar e compreender melhor seu território, pensar o fortalecimento da agroecologia, a ampliação da escala das suas experiências, bem como conhecer as ameaças que estas experiências enfrentam para se desenvolver". Disponível em: <<http://enagroecologia.org.br/historico/>>.

de atividades do “Tempo Comunidade”. Em Sergipe o calendário foi diferente, uma vez que parte significativa dos educandos matriculados exercia atividades profissionais remuneradas durante os dias da semana, ficando inviável que as aulas ocorressem de segunda a sexta de modo concentrado. A adequação foi factível graças à particularidade de o território sergipano ser pequeno, possibilitando que os educandos de todos os territórios pudessem se locomover com certa facilidade, concentrando as atividades em poucos dias da semana. Outro fator que contribuiu foi haver alojamento nas dependências do Assentamento Moacir Wanderley, possibilitando que os educandos que moravam mais distante pudessem dormir nas noites de sexta para sábado.

Foram ofertados de dois a três eixos em cada etapa, com aulas nas sextas e sábados, seguidos de um mês sem aulas para que todos pudessem não só realizar estudos e atividades complementares, mas pudessem se organizar para que ocorressem atividades de intervenção nas suas regiões de origem.

Para as atividades do “Tempo Comunidade”, a turma de 50 educandos foi dividida em quatro regiões, a depender da localidade de origem do educando (Região Sul, Grande Aracaju, Sertão e Agreste). Ocorreram quatro etapas de “Tempo Comunidade”. Na primeira, além de estudos e atividades relacionados aos textos sugeridos no “Tempo Universidade”, os educandos tiveram de fazer um estudo inicial da realidade, apresentando dados gerais que ajudassem a caracterizar o local onde seria desenvolvida a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de dados específicos relacionados ao eixo de pesquisa de cada um. Sugeriu-se que eles fizessem uso de algumas metodologias e ferramentas trabalhadas durante o eixo “Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo”.

Na segunda etapa do “Tempo Comunidade”, além dos estudos e trabalhos orientados, os educandos deveriam elaborar propostas de atividades de intervenção na região de moradia e/ou trabalho, vislumbrando uma possibilidade concreta de ação. As propostas foram socializadas e debatidas coletivamente.

Na terceira etapa, além de estudos, foram realizadas atividades de intervenção, efetivando uma das potencialidades educativas da Pedagogia da Alternância. Não havia limite de participantes para as atividades de in-

tervenção, a única regra era a de que as atividades não poderiam ser feitas individualmente e deveriam estar relacionadas a um dos eixos trabalhados durante o “Tempo Universidade”. A maioria das atividades desenvolvidas pelos educandos relacionava-se à Agroecologia e gerou reflexões positivas relacionadas aos princípios da Soberania Alimentar.

A quarta e mais longa etapa do “Tempo Comunidade” durou um semestre e foi destinada tanto às atividades relacionadas diretamente aos Trabalhos de Conclusão de Curso quanto às atividades de intervenção.

Foram realizadas oficinas de compostagem, produção de mudas e hortas, construção de minhocários, biofertilizantes e defensivos naturais, conservação e peletização de sementes, tanto em assentamentos da Reforma Agrária como em comunidades pesqueira e quilombola. Também ocorreram atividades em espaços institucionais. Uma educanda que exercia a função de Assistente Social em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e um colega oriundo da Agronomia desenvolveram atividades com portadores de transtorno mental e usuários de drogas, resultando na criação de hortas e canteiros de ervas medicinais que passaram a ser manejadas por usuários e profissionais do CAPS. Educandos que exerciam atividade docente em escolas também desenvolveram oficinas e práticas que resultaram na construção de hortas e diálogos sobre a importância de uma alimentação saudável.

Algumas atividades práticas de intervenção estiveram diretamente relacionadas às demandas identificadas durante o levantamento de dados dos trabalhos de conclusão de curso. Pesquisa realizada no Assentamento Mário Lago por uma educanda e assentada local identificou que as famílias tinham a preocupação e a vontade de recuperar o solo, avaliado por elas como “fraco e cansado”. Durante a vigência do curso, o Assentamento em questão estava passando pelo processo de regularização nos órgãos competentes e seus ocupantes ainda não tinham direito de usufruir dos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Antes de ser ocupada pelas famílias para fins de Reforma Agrária, a área tinha sido utilizada por décadas para o monocultivo de cana-de-açúcar⁷, de modo que o solo já degradado se apresentava como um empecilho para o aumento da produção e conseqüentemente para a segurança alimentar e nutricional das famílias. A partir do diálogo com outra colega de curso que trabalhou com o tema dos quintais produtivos com um grupo de mulheres desse mesmo assentamento, foram realizadas oficinas sobre adubação verde e cobertura do solo, produção de insumos a partir de composteiras e minhocários, troca de sementes e plantio de hortaliças e árvores frutíferas. Tais atividades foram realizadas de forma coletiva e envolveram moradores do assentamento que não participavam diretamente do curso. A partir da construção de Unidades Demonstrativas utilizando materiais disponíveis no assentamento, como por exemplo o bambu, as famílias envolvidas puderam acompanhar tanto a construção como o manejo e, a partir da possibilidade do “ver para crer”, puderam multiplicar algumas tecnologias sociais em seus lotes.

Merece destaque uma atividade relacionada ao eixo “Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo”, realizada numa comunidade quilombola que luta pelo reconhecimento e demarcação da terra. Participaram da ação estudantes e professores do Residência Agrária, do Departamento de Nutrição e de Geografia, além de bolsistas do EVA e agentes locais de saúde. As ações propostas visaram conhecer a situação nutricional, as condições de saúde, a percepção de Insegurança Alimentar das famílias, as demandas por orientações de cultivo, plantio, além das tradições, dos hábitos e cultura da comunidade.

O planejamento das ações foi realizado por cada departamento envolvido na ação, contemplando a elaboração dos formulários e questionários, bem como treinamento para padronização da coleta dos dados e atendimento à população. Foi elaborado um livreto composto por materiais instrutivos com temáticas sobre Saúde, Nutrição e Agroecologia, e socializado com as famílias. A pedido da comunidade, os resultados do trabalho fo-

⁷Vários estudos de caso envolvendo a produção de cana-de-açúcar confirmam que esse tipo de monocultivo associado à queimada degrada o solo, diminui sua fertilidade e reduz a biodiversidade local (PAQUALETO; ZITO, 2000; JORDÃO; MORETTO, 2015).

ram compilados em uma publicação impressa que relata a sua história, com destaque para as composições musicais do samba de coco e das danças de roda, que retratam como era a vida e o cotidiano das famílias. Nesse mesmo material impresso, foi realizado um levantamento das ervas medicinais utilizadas pela comunidade e também foram registrados relatos da experiência de intervenção, com socialização dos dados levantados durante as ações de saúde e de Agroecologia do “Tempo Comunidade”.

Convém ressaltar que as ações de saúde e Agroecologia não ficaram limitadas nem se encerraram durante o “Tempo Comunidade”. Uma das profissionais que participaram da ação, além de ter sido aluna do PGRA, atua na localidade como médica da equipe de Saúde da Família, de modo que, com os dados coletados, algumas demandas identificadas na ação puderam posteriormente ser conduzidas e tratadas pela equipe local nas atividades profissionais cotidianas.

As atividades do “Tempo Comunidade” foram acompanhadas pela coordenação pedagógica e contaram com o apoio de professores e supervisores de campo do curso, além de bolsistas do EVA e parceiros externos à universidade. Parte do “Tempo Síntese” foi utilizada para a socialização e reflexão sobre as experiências de cada educando/grupo.

Destacamos os espaços de reflexão como elementos importantes, potencializados pela alternância na construção do conhecimento agroecológico. Diferentemente dos cursos tradicionais que têm um currículo e um calendário mais engessado, a partir dos diferentes tempos (Universidade, Comunidade e Síntese) foi possível superar algumas lacunas que não foram percebidas durante a elaboração do projeto e do conteúdo programático. A metodologia “camponês a camponês”, por exemplo, não tinha sido contemplada no eixo “Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo” e foi abordada posteriormente nos eixos teóricos e práticos de Agroecologia, a partir da contribuição de educadores do curso que atuavam na Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Esses educadores participavam desde 2012 de um projeto intitulado “Construção de conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio

de intercâmbios em redes sociais”, no qual, a partir da experimentação com as famílias camponesas envolvidas, puderam adequar essa metodologia à realidade sergipana.

O mesmo ocorreu com os seminários. O dedicado às Sementes, por exemplo, contou com o apoio decisivo de movimentos do campo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Camponês Popular (MCP), pois, apesar de não terem feito parte da construção do projeto do curso Residência, participavam das atividades da RESEA. Esses movimentos, juntamente com pesquisadores do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e outros atores que já desenvolviam pesquisas relacionadas ao melhoramento participativo de sementes crioulas, montaram um importante seminário que posteriormente resultou na aprovação da Lei nº 8.167/2016, que instituiu o conceito de Sementes Crioulas e o incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no estado de Sergipe.

O curso de Residência Agrária da UFS propôs, além das atividades no “Tempo Universidade”, “Tempo Comunidade”, “Tempo Síntese” e de formação complementar, a elaboração e a defesa oral de Trabalhos de Conclusão de Curso para todos os educandos. Essa etapa foi um dos maiores desafios do processo de formação, tanto para os discentes, acostumados ao trabalho prático e já envolvidos em outras atividades de rotina, que apresentaram algumas barreiras e resistências para o desenvolvimento de trabalhos no formato acadêmico-científico, quanto para os docentes, no que se refere à sensibilização dos discentes para o envolvimento (e desenvolvimento) com os TCCs.

Durante o planejamento do curso, a coordenação pedagógica considerou didaticamente mais apropriado à heterogeneidade da turma que os trabalhos finais retratassem as atividades de pesquisa e intervenções, originais ou de revisão, conforme a realidade de cada discente, com a orientação dos professores, extensionistas e pesquisadores envolvidos nos Eixos Temáticos.

Como resultado, foi publicado um Caderno de Resumos organizado a partir das seguintes temáticas: Agroecologia; Educação do Campo e Metodologias Participativas; Questão Agrária, Política, Legislação e Estado; Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional no Campo; Produção e Associativismo (PEREIRA FILHO; FAGUNDES, 2015).

Alguns trabalhos também foram apresentados no I Congresso Nacional de Residência Agrária realizado em Brasília, que teve como objetivo ampliar o debate e a reflexão sobre as experiências dos 35 cursos com diferentes formatos, metodologias e conteúdos programáticos. Os trabalhos foram debatidos em rodas de diálogo, coordenadas por facilitadores divididos nos seguintes grupos de trabalho: Agroecologia; Tecnologias de Produção; Questão Agrária, Direitos e Conflitos no Campo; Cooperação, Agroindústria e Organização da Produção; Práticas Pedagógicas e Metodologias da Residência Agrária; Cultura; Educação do Campo. Também foi produzido um vídeo-documentário que retratou a experiência do curso em Sergipe a partir da fala de alguns educandos, educadores, técnicos e assentados da Reforma Agrária.

Diante dos exemplos citados, é possível perceber a potencialidade que cursos como o Residência Agrária têm para transformar a realidade a partir da investigação-ação participativa e da construção do conhecimento agroecológico. Aqui recordamos Gramsci (1999), quando chama atenção para a importância do intelectual orgânico que atua de forma diversa do pesquisador autônomo, desprendido de paixão não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber e pelos interesses da comunidade. O intelectual orgânico integra-se e educa-se organicamente com o povo, sentindo e compreendendo a partir de um saber que não acontece de maneira mecânica, mas vivida, potencializadas formas de ação coletiva que se diferenciam das reflexões/ações voluntaristas e passageiras. Nas palavras de Gramsci, na ausência de conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação, as relações "são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal" (GRAMSCI, 1999, p. 222).

Concluíram o curso 46 educandos. Merece atenção o fato de que 58,69% eram mulheres e 41,30% homens. Convém ressaltar que as discussões de gênero só começaram a ser debatidas no MST em meados dos anos 1990, o que nos remete ao entendimento de que "os movimentos sociais operam com fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica" (CHAUÍ, 1995, p. 13). De acordo com o próprio MST, no início do movimento questões de gênero eram tidas como lutas secundárias. A experiência de Sergipe revelou que as mulheres camponesas passaram não só a

ter voz, mas a ocupar espaços de formação e decisão política que por muitos anos foram dominados prioritariamente por homens. Todavia, ainda precisamos avançar no sentido de fortalecer a discussão e as ações que buscam superar as desigualdades de gênero.

Considerações finais

O curso se destacou como um espaço de formação não só dos educandos, mas também dos educadores e das famílias que participaram tanto das atividades de pesquisa como de extensão. Embora o uso dos termos transdisciplinaridade e interdisciplinaridade tenha-se tornado comum, sabe-se que colocá-los em prática ainda é um grande desafio. Significa se despir de diversas facilidades, pois já estamos acostumados a trabalhar em nossas “caixinhas” sem precisar fazer um planejamento conjunto tanto com outros professores quanto com os locais onde realizamos as atividades.

Atividades de vivência extramuros da universidade são potencialmente mais efetivas para o aprendizado, colaboram com o local onde são realizadas as atividades, problematizam o próprio modo de produção do conhecimento, porém requerem mais detalhamento na organização e no planejamento, além de investimento financeiro e articulação intra e intersetorial. Essas dificuldades ajudam a explicar, pelo menos parcialmente, a razão de a maioria dos cursos ocorrer de forma tradicional e formatada em modelos que pouco dialogam com a realidade.

Desde as críticas de Paulo Freire até o uso de técnicas e ferramentas elaboradas a partir de teorias e metodologias da Educação Popular, como o Diagnóstico Rural Participativo socializado a partir da década de 1990, percebe-se que ocorreram muitos avanços na construção e socialização de metodologias participativas a partir da experiência do Residência Agrária de Sergipe. Contudo, nota-se, especialmente a partir de nossa participação no II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, que aqueles que trabalham com Educação do Campo e Agroecologia ainda têm muita dificuldade em sistematizar as experiências e construir conhecimento com os sujeitos

que vivem nos assentamentos e nas comunidades de modo geral. Construir conhecimento "sobre" alguém é bem diferente de construir conhecimento "com" alguém, pois, na construção "com", os envolvidos fazem parte do processo e não apenas se sentem parte do produto.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, 2004.

_____. **Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 1999.

JORDÃO, C. O.; MORETTO, E. M. A vulnerabilidade ambiental e o planejamento territorial do cultivo de cana-de-açúcar. **Ambient. soc.** v. 18, n. 1, São Paulo, p. 75-92. enero/mar. 2015.

LOPES, L. S. et al. Troca de saberes: vivenciando metodologias participativas para a construção dos saberes agroecológicos. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Porto Alegre, 2013.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010

NOSELLA, P. **Educação no campo: origem da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: Edufes, 2014.

PASQUALETO, A.; ZITO, R. K. **Impactos ambientais da monocultura da cana-de-açúcar**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

PEREIRA FILHO, A.; FAGUNDES, R. (Orgs.). **Livro de Resumos - Residência Agrária (UFS)**. 1. ed. - Aracaju: J. Andrade, v. 1., 2015.

RIBEIRO, M. **Proposta de uma metodologia de criação de significados a partir da utilização da linguagem visual em organizações que integram redes de valor**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Universidade Federal do Paraná, 2011.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Figura 1: Material de divulgação do Curso de Facilitação Gráfica e Instalações Pedagógicas - 2015



Figura 2: Material de divulgação do I Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas



Fonte: Arte – Breno Nogueira.

Figura 3: Roda de conversa no Assentamento Moacir Wanderley, N. S. do Socorro/SE - Residência Agrária - 2015



Fonte: Acervo do curso.

Figura 4: Mesa de abertura do I Seminário Estadual sobre Legislação de Sementes Crioulas, Aracaju/SE



Fonte: Acervo do curso.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaury da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG)

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

